

Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultados	7
Demonstração do resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Brasil Holding II S.A. Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

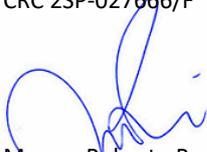
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	967	39.698	46.516	271.339
Aplicações financeiras vinculadas	3.a	-	-	15.742	8.658
Contas a receber	4	-	-	42.616	29.677
Estoques	8	-	-	9.050	5.318
Tributos a recuperar	5	1.361	156	10.409	4.966
Adiantamentos de fornecedores		-	39	5.885	9.836
Partes relacionadas	6	-	-	-	8
Outros ativos		-	-	-	5
Total do ativo circulante		<u>2.327</u>	<u>39.893</u>	<u>130.219</u>	<u>329.807</u>
NÃO CIRCULANTE					
Impostos diferidos ativos	5.b	-	-	427.288	400.845
Partes relacionadas	6	-	918.320	-	918.320
Depósitos judiciais	16	-	-	15.705	17.049
Outros		-	-	8	9
Imobilizado	7	-	-	38.722	36.241
Intangível	8	-	-	2.477.233	2.248.802
Infraestrutura em construção	8	-	-	78.716	78.049
Investimento	9	1.576.730	1.503.683	-	-
Total do ativo não circulante		<u>1.576.730</u>	<u>2.422.003</u>	<u>3.037.672</u>	<u>3.699.315</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.579.057</u>	<u>2.461.896</u>	<u>3.167.892</u>	<u>4.029.122</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	1	1	51.340	46.071
Debêntures	12	-	-	73.415	70.078
Tributos a recolher		22	48	6.608	5.162
Obrigações com empregados e administradores		-	-	11.665	8.930
Credor pela concessão	15	-	-	1.667	1.377
Partes relacionadas	6	-	-	291	237
Receita acessória antecipada	17	-	-	11.261	8.647
Passivo de arrendamento	19	-	-	3.113	2.484
Provisão para manutenção	18	-	-	97.146	97.759
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	70.530	58.550	70.530	58.550
Outros		-	-	382	566
Total do passivo circulante		<u>70.553</u>	<u>58.599</u>	<u>327.418</u>	<u>299.861</u>
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	19	-	-	2.633	3.973
Debêntures	12	-	506.402	1.175.664	1.689.150
Ações preferencias resgatáveis	11	752.920	-	752.920	-
Dividendos a pagar		3.055	3.055	3.055	3.055
Partes relacionadas	6	356	356	356	-
Provisão para riscos processuais	16	-	-	104.461	86.072
Receita acessória antecipada	17	-	-	34.178	36.014
Provisão para manutenção	17	-	-	15.035	17.513
Tributos diferidos	5.b	48.882	48.882	48.882	48.882
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	70.530	58.549	70.530	58.549
Total do passivo não circulante		<u>875.743</u>	<u>617.244</u>	<u>2.207.713</u>	<u>1.943.208</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	600.700	1.633.001	600.700	1.633.001
Avaliação patrimonial		-	(51.981)	-	(51.981)
Reserva legal		-	16.081	-	16.081
Reserva de retenção de lucros		-	188.952	-	188.952
Resultado acumulado		(7.439)	-	(7.439)	-
Total do patrimônio líquido		<u>593.261</u>	<u>1.786.053</u>	<u>593.261</u>	<u>1.786.053</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		39.500	-	39.500	-
Total do patrimônio líquido		<u>632.761</u>	<u>1.786.053</u>	<u>632.761</u>	<u>1.786.053</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.579.057</u>	<u>2.461.896</u>	<u>3.167.892</u>	<u>4.029.122</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	21	-	-	918.919	581.038
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(794.431)	(423.924)
LUCRO BRUTO		-	-	124.488	157.114
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(17.069)	(162)	(91.982)	(52.239)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	22	58	-	9.364	490
Resultado de equivalência patrimonial	9	(72.299)	(68.564)	(191)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(89.310)	(68.726)	41.679	105.365
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	32.100	39.715	52.472	55.931
Despesas financeiras	23	(129.151)	(45.219)	(307.042)	(267.217)
		<u>(97.052)</u>	<u>(5.504)</u>	<u>(254.570)</u>	<u>(211.286)</u>
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(186.361)	(74.230)	(212.891)	(105.921)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	-	-	26.530	31.691
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(186.361)	(74.230)	(186.361)	(74.230)
(Prejuízo) Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	24	<u>(0,153)</u>	<u>(0,045)</u>	<u>(0,153)</u>	<u>(0,045)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(186.361)</u>	<u>(74.230)</u>	<u>(186.361)</u>	<u>(74.230)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial				
Reconhecimento do ajuste a valor presente	-	<u>(24.802)</u>	-	<u>(24.802)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>(24.802)</u>	<u>-</u>	<u>(24.802)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(186.361)</u></u>	<u><u>(99.032)</u></u>	<u><u>(186.361)</u></u>	<u><u>(99.032)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros		Avaliação patrimonial	Prejuízos	AFAC	Total
		Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Reapresentado		1.633.001	16.081	302.480	(66.477)	-		1.885.085
Reconhecimento do ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	(24.802)	-	-	(24.802)
Realização de ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	39.298	(39.298)	-	-
Reserva de retenção de lucros	20.e	-	-	(113.528)	-	113.528	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(74.230)	-	(74.230)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.633.001	16.081	188.952	(51.981)	-	-	1.786.053
Redução de capital	20.a	(1.032.301)	-	-	-	-	-	(1.032.301)
Realização de ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	26.110	(26.110)	-	-
Reversão de ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	25.871	-	-	25.871
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.b	-	-	-	-	-	39.500	39.500
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(186.361)	-	(186.361)
Absorção de prejuízo do exercício		-	(16.081)	(188.952)	-	205.033	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		600.700	-	-	-	(7.439)	39.500	632.761

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício		(186.361)	(74.230)	(186.361)	(74.230)
Ajustes:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	72.299	68.564	191	-
Ganho na compra de investimento		(345)	-	(345)	-
Depreciação e amortização	23	-	-	176.612	132.343
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	585	520
Provisão para manutenção		-	-	95.693	28.425
Provisão de fornecedores		-	-	(12.441)	-
Provisão para riscos processuais, líquidos financiamentos e debêntures		-	-	18.388	3.077
Juros sobre contrato de arrendamento	19	100.830	25.490	269.941	237.978
Custo de captação amortizado das debêntures		-	-	607	244
Impostos diferidos	5.b	3.187	4.599	10.094	12.391
Ajuste a valor presente do contas a receber		-	-	(26.530)	(31.691)
		(26.110)	(39.298)	(26.110)	(39.298)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(12.939)	(2.484)
Estoques		-	-	(3.732)	(3.314)
Tributos a recuperar		(1.205)	(84)	(5.505)	(3.742)
Adiantamentos de fornecedores		39	(39)	4.301	(5.333)
Depósitos judiciais		-	-	1.344	2.588
Partes relacionadas		-	-	-	115
Outros ativos		-	-	-	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	1	(26.131)	108
Obrigações com empregados e administradores		-	-	3.351	2.642
Tributos a recolher		(26)	19	1.486	841
Partes relacionadas		-	-	74	(34)
Receita acessória antecipada		-	-	777	(911)
Pagamento de outorga variável		-	-	290	220
Consumo da provisão para manutenção		-	-	(98.785)	(79.130)
Outras obrigações e contas a pagar		23.961	11.337	23.393	7.534
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	19	-	-	(607)	(244)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(107.499)	(22.597)	(242.214)	(115.197)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(121.231)	(26.238)	(34.573)	73.413
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	27	-	-	(7.121)	(31.421)
Aquisição de intangível	27	-	-	(356.156)	(130.235)
Aplicações financeiras		-	-	(7.084)	74.450
Aquisição de investimento	9	(145.000)	(85.712)	(145.000)	(85.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(145.000)	(85.712)	(515.362)	(172.918)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de capital		-	-	-	12
Aumento / redução de capital		(62.000)	-	83.000	85.700
Ações Preferenciais Resgatveis		750.000	-	750.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		39.500	-	39.500	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.250.000)	(450.000)	(1.295.051)	(1.403.502)
Pagamento de passivo de arrendamento	19	-	-	(2.337)	(140)
Atualização captação debêntures		-	1.279	-	1.279
Captação de empréstimos, financiamentos e notas promissórias		750.000	600.000	750.000	1.311.420
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		227.500	151.279	325.112	(5.231)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(38.731)	39.329	(224.823)	(104.736)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		39.698	369	271.339	376.075
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		967	39.698	46.516	271.339
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(38.731)	39.329	(224.823)	(104.736)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (“IBH II” ou “Companhia”) é uma *holding* controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2018 que tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”).

A sede da IBH II está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

Durante o exercício de 2023, a composição acionária da IBH II passou a ser 82,6% da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A - controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – e 17,4% pelo Itaú Unibanco S.A., conforme nota explicativa nº 20.

1.2 RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADA E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Participação	Participação acionária %	
		2022	2021
CART (a)	Controlada	100	100
IBH I (b)	Controlada em conjunto	-	24

(a) CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART (“CART”)

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICADO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

(b) IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES (“IBH I”)

Em 31 de março de 2021, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária na IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. aprovando o capital social em R\$ 50, mediante a emissão de 50 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, IBH II detém 12.000 ações ordinárias, com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, incisos I e II, da lei das S.A.

A IBH I tem por objeto social (i) a prestação de serviços de operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas; (ii) a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão entre outros no setor de rodovias; (iii) prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade e outros; (iv) a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e (v) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social.

Em ata de reunião de conselho de 27 de setembro de 2022 foi aprovado a cessão em sua totalidade da participação acionária da Companhia na IBH I Serviços e Participações S.A. A IBH II cederá as ações de 12.000 (doze mil) ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para a IBH VI, conforme nota explicativa nº 20.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas

obrigações.

A controladora e consolidado reconheceram prejuízo líquido de R\$ 186.361, respectivamente (prejuízo de R\$ 74.230 em 2021) e nessa data, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 68.225 e R\$ 197.198 (R\$ 18.706 em 2021 na controladora). Contudo, a Companhia possui o compromisso firme assumido pelo seu acionista, Infraestrutura Brasil Holding VI S.A., de realização de aportes de capital em montante suficiente, caso necessário, para honrar com seus compromissos.

No caso da Controlada CART a administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que as provisões para manutenções, conforme divulgado na nota explicativa nº 18, serão concluídas durante o exercício de 2023 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais da própria Controlada.

2.2. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 18;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 16; e
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 5.b e 8.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 21.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade.

O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 18.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 16.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 5.b.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.4.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano

de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Joint venture*

Operação em conjunto (ou “*joint venture*”) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

(iv) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas

da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo Grupo.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.7.1. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.7.2. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou

prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

2.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 07 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.10. Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 08 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.13. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.14. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (idêntico em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

2.15. Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

2.16. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Custos com empréstimos e debêntures

Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

2.18. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.19. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.20. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

2.21. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.22. Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

2.23. Benefícios aos empregado

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.24. Capital social

a) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

b) Ações preferenciais

As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

2.24. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada

imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

2.26. Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimento futuro, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12). As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	13	16	8.947	5.125
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Interbancário - CDI (*)	953	39.682	37.570	266.214
Total de caixa e equivalentes de caixa	967	39.698	46.516	271.339

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O Grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

b) Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa Média	Indexador	Consolidado	
			2022	2021
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	15.742	8.658

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures

(valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 25.

4. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	33.496	25.449
Vale pedágio	1.292	1.387
Locação de fibra óptica	2.490	687
Outros	5.338	2.154
Total	42.616	29.677
A vencer	42.165	29.677
Vencidos	451	-
Total	42.616	29.677

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária..

A controlada CART avalia de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER, IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	1.339	85	7.380	3.867
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	22	71	2.859	930
Outros	-	-	170	169
Total circulante	1.361	156	10.409	4.966

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Consolidado	Ativos		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal - IR	313.628	299.660	-	-
Base negativa - CS	113.254	108.232	-	-
Provisão para manutenção	38.137	39.189	-	-
Provisão para contingências	11.085	6.688	-	-
Atualização depósitos judiciais	1.363	866	-	-
Outras diferenças temporárias	3.518	3.212	-	-
Total do ativo fiscal diferido	480.985	457.847	-	-
Compra vantajosa	-	-	(48.882)	(48.882)
Amortização de direito de concessão	-	-	(37.670)	(39.988)
Custo de Captação	-	-	(7.653)	(8.124)
Margem de construção	-	-	(6.862)	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	-	-	(1.512)	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	-	-	(102.579)	(105.884)
Compensação	(53.697)	(57.002)	53.697	57.002
Total	427.288	400.845	(48.882)	(48.882)

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

Consolidado	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal – IR	299.660	16.151	(2.201)	13.968	313.628
Base negativa – CS	108.232	5.460	(438)	5.022	113.254
Provisão para manutenção	39.189	21.642	(22.694)	(1.052)	38.137
Provisão para contingências	7.554	4.894	-	4.894	12.448
Outras diferenças temporárias	3.212	813	(420)	393	3.519
Total do ativo fiscal diferido	457.847	48.960	(25.753)	23.224	480.985
Compra vantajosa	(48.882)	-	-	-	(48.882)
Amortização de direito de concessão	(39.988)	2.318	-	2.318	(37.670)
Custo de Captação	(8.124)	471	-	471	(7.653)
Margem de construção	(7.284)	422	-	422	(6.862)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	94	-	94	(1.513)
Total do passivo fiscal diferido	(105.884)	3.305	-	3.305	(102.579)
	400.845	52.265	(25.753)	26.530	427.288

Consolidado	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal - IR	263.803	35.857	-	35.857	299.660
Base negativa - CS	95.247	12.985	-	12.985	108.232
Provisão para manutenção	56.432	-	(17.243)	(17.243)	39.189
Provisão para contingências	5.642	1.046	-	1.046	6.688
Atualização depósitos judiciais	-	866	-	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	-	(5.617)	(5.617)	3.212
Total do ativo fiscal diferido	429.953	50.754	(22.860)	27.894	457.847
Compra vantajosa	(48.882)	-	-	-	(48.882)
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	2.319	2.319	(39.988)
Custo de Captação	(9.088)	-	964	964	(8.124)
Margem de construção	(7.706)	-	422	422	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.698)	-	92	92	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	(109.681)	-	3.797	3.797	(105.884)
Total	369.154	50.754	(19.063)	31.691	400.845

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(186.361)	(74.230)	(212.891)	(105.921)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	63.363	25.238	72.383	36.013
Equivalência patrimonial	(24.581)	(23.312)	-	-
Adições e baixas permanentes	-	-	(7.007)	(2.396)
Base negativa/prejuízo fiscal não reconhecida	(38.782)	(1.926)	(38.846)	(1.926)
Imposto de renda e contribuição social resultado	-	-	26.530	31.691
Impostos diferidos	-	-	26.530	31.691
Total dos impostos diferidos	-	-	26.530	31.691
Alíquota efetiva	-	-	-9%	-30%

6. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem seu controle acionário considerando 82,6% para a Infraestrutrua Brasil Holding S.A. e 17,4% para o Itaú Unibanco S.A.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Controladora							2021
2022							2021
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	-	356	-
Total			-	-	-	356	-

Controladora							2021
2021							2021
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	-	356	-
IBH VI (i)	Aporte de capital	Controladora	-	918.320	-	-	39.298
Total			-	918.320	-	356	39.298

			2022				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
IBH I	Prestação de serviço	Investida			21	-	(1)
EIXO	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	9	-	(1)
ENTREVIAS	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	261	-	(5.402)
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	-	356	-
Total			-	-	291	356	(5.404)

			Consolidado				
			2021		2021		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa
IBH I	Prestação de serviço	Investida	-	-	22	-	(450)
EIXO	Compartilhamento de despesas	Coligada	2	-	4	-	(699)
ENTREVIAS	Compartilhamento de despesas	Coligada	4	-	211	-	(705)
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	2	-	-	-	-
IBH VI (i)	Aporte de capital	Controladora		918.320			39.298
Total			8	918.320	237	-	(37.444)

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía de seu controlador o compromisso de entrega de caixa no montante de R\$ 970.000 atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição onde estava estabelecido o cronograma de aporte de capital, sendo esta condição irrevogável e irretroatável, com previsão de realização no exercício de 2023 e 2025, dessa forma foi reconhecido outras contas a receber de longo prazo, líquido do ajuste a valor presente. Adicionalmente os boletins de subscrição foram dados como garantia nas operações financeiras da Companhia., Em 03 de agosto de 2022 foi cancelado o boletim de subscrição de R\$ 970.000 referente a restituição efetiva do capital social integralizado da Companhia.

Remuneração dos administradores

Em 18 de abril de 2022, foi aprovado em Ata da Assembleia Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 7.500 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	Consolidado	
	2022	2021
Pró-labore	2.488	2.276
Bônus variáveis	2.017	2.620
Encargos	859	929
Outros benefícios	119	98
Total	5.483	5.923

7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Vida útil média em anos	2021	Adições	Baixas	2022
Custo					
Instalações	25	167	83	-	249
Máquinas e equipamentos	6	16.310	3.419	25	19.756
Móveis e utensílios	6	4.353	366	-	4.719
Veículos	5	26.334	3.760	(933)	29.161
Equipamentos de informática	7	45.603	3.121	(1.525)	47.198
Ferramentas e aparelhos		474	1.669	(1)	2.142
		93.241	12.418	(2.434)	103.226
Depreciação acumulada					
Instalações		(65)	(10)	-	(75)
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(1.111)	5	(7.790)
Móveis e utensílios		(3.952)	(116)	-	(4.068)
Veículos		(5.408)	(6.197)	543	(11.062)
Equipamentos de informática		(40.560)	(1.769)	1.301	(41.028)
Ferramentas e aparelhos		(331)	(149)	-	(480)
		(57.000)	(9.352)	1.849	(64.503)
Imobilizado líquido		36.241	3.066	(585)	38.722

Consolidado						
	Vida útil média em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo						
Instalações	25	167	-	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	410	16.310
Móveis e utensílios	6	4.251	102	-	-	4.353
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	-	26.334
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	-	45.603
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	-	474
		<u>59.744</u>	<u>33.349</u>	<u>(262)</u>	<u>410</u>	<u>93.241</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(58)	(7)	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(399)	-	-	(6.684)
Móveis e utensílios		(3.883)	(69)	-	-	(3.952)
Veículos		(3.472)	(1.983)	47	-	(5.408)
Equipamentos de informática		(39.550)	(1.010)	-	-	(40.560)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(5)	-	-	(331)
		<u>(53.574)</u>	<u>(3.473)</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>(57.000)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.170</u>	<u>29.876</u>	<u>(215)</u>	<u>410</u>	<u>36.241</u>

Ativos cedidos em garantia

A controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

8. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO (CONSOLIDADO)

	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Custo						
Software	5	12.643	1.117	-	-	13.760
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.588.443	234.268	(1.479)	158.381	2.979.613
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		6.597	1.626	-	-	8.223
		<u>3.241.703</u>	<u>237.011</u>	<u>(1.479)</u>	<u>158.381</u>	<u>3.635.616</u>
Amortização						
Software		(11.096)	(300)	-	-	(11.396)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(711.251)	(142.879)	1.478	-	(852.652)
Outorga fixa		(269.765)	(21.133)	-	-	(290.899)
Direito de uso - IFRS 16		(769)	(2.646)	-	-	(3.416)
Amortização acumulada		<u>(992.901)</u>	<u>(166.958)</u>	<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>(1.158.383)</u>
Saldo intangível líquido		<u>2.248.802</u>	<u>70.051</u>	<u>(1)</u>	<u>158.381</u>	<u>2.477.233</u>
Infraestrutura em construção (***)		78.049	159.348	-	(158.681)	78.716

(*) O saldo refere-se a itens transferidos da infraestrutura em andamento para o intangível e imobilizado.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de

exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(**) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia e sua controlada é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferências (*)	2021
Custo						
Software	5	12.426	217	-	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	102.727	2.588.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16			6.597	-	-	6.597
		<u>3.000.506</u>	<u>138.798</u>	<u>(328)</u>	<u>102.727</u>	<u>3.241.703</u>
Software		(10.525)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa		(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16		-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada		<u>(864.031)</u>	<u>(128.893)</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(992.901)</u>
Intangível líquido		<u>2.136.475</u>	<u>9.905</u>	<u>(305)</u>	<u>102.727</u>	<u>2.248.802</u>
Infraestrutura em andamento (***)		166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 5,0% em 2023, 4,2% de 2024 e 3,6% até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

Ativos cedidos em garantia

O Grupo não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre o investimento na CART:

	2022	2021
Número de ações	12.602.599	11.457.259
Ordinárias	6.301.299	5.728.629
Preferenciais	6.301.299	5.728.630
Total do ativo circulante	127.982	289.816
Total do ativo não circulante	3.037.673	2.780.909
Total do passivo circulante	256.866	240.568
Total do passivo não circulante	1.331.970	1.326.321
Capital social	2.451.400	2.306.400
Prejuízos acumulados	(874.670)	(802.562)
Total do patrimônio líquido	1.576.730	1.503.838
Resultado líquido do exercício	(72.108)	(68.397)
Participação %	100	100

b) Informações sobre o investimento na IBH I:

	2022	2021
Número de ações	50	50
Ordinárias	50	50
Total do ativo circulante	3.599	1.891
Total do ativo não circulante	48	359
Total do passivo circulante	3.844	2.896
Capital social	50	50
Prejuízos acumulados	(247)	(696)
Total do patrimônio líquido	(197)	(646)
Resultado líquido do exercício	6	(696)
Participação %	-	24

c) Movimentação do investimento na CART e IBH I Serviços e Participações:

	2021	Cessão de Participação	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	2022
CART	1.503.838	-	(72.108)	145.000	1.576.730
IBH I (*)	(155)	12	(191)	-	-
TOTAL	1.503.683	12	(72.299)	145.000	1.576.730

	2020	Aquisição de Investimento	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	2021
CART	1.486.535	-	(68.397)	85.700	1.503.838
IBH I	-	12	(167)	-	(155)
TOTAL	1.503.683	155	(68.564)	85.700	1.576.683

(*) Em 27 de setembro de 2022 foi aprovado em ata de reunião de conselho de administração a cessão em sua totalidade da participação da IBH II na IBH I Serviços e Participações. A IBH II cedeu sua 12.000 ações para IBH VI .A, uma de suas acionistas. Desta forma, a equivalência patrimonial é proporcional a nove meses, período que a IBH II fazia parte do quadro de acionistas da IBH I Serviços e Participações.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	1	1	43.513	25.803
Fornecedores provisão	-	-	7.827	20.268
Total	1	1	51.340	46.071

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 27.

11. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	2022
Ações preferenciais resgatáveis	750.000
Dividendos prioritários	2.920
Total do patrimônio líquido	752.920

Classificamos como:

Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	752.920

Em 21 de dezembro de 2022 foi aprovado em de Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais resgatáveis e sem valor nominal de emissão da Companhia assim como o aumento de capital social da Companhia.

Nesta ata, foi aprovado a emissão de 126.161.358 (cento e vinte e seis milhões, cento e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 5,9447595 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000. A totalidade das ações preferenciais emitidas foram totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A. o qual ora ingressou no quadro acionário da Companhia. As ações preferenciais possuem classes diferentes, conforme cronograma de resgate abaixo:

Classes das Ações Preferenciais	Quantidade de Ações Preferenciais	Data de Resgate
A	9.367.494	30 de abril de 2025
B	9.367.494	30 de outubro de 2025
C	6.055.754	30 de abril de 2026
D	6.055.754	30 de outubro de 2026
E	8.452.823	30 de abril de 2030
F	8.452.823	30 de outubro de 2030
G	12.616.154	30 de abril de 2031
H	12.616.154	30 de outubro de 2031
I	12.237.669	30 de abril de 2032
J	12.237.669	30 de outubro de 2032
K	14.350.875	30 de abril de 2033
L	14.350.875	30 de outubro de 2033

As ações preferenciais terão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de acordo com o seguinte critério: prioridade no recebimento de dividendos semestrais fixos, prioritários cumulativos e obrigatórios, cálculos com base em taxa de retorno equivalente a 100% (cento por cento) da taxa média diário a de depósitos interbancários com base em 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A acrescido de 1,20% ao ano. As ações preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuição da Companhia para os titulares de ações ordinárias e/ou outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitida pela Companhia.

12. DEBÊNTURES

	2020	Captação	Custo de captação amortizado	Controladora		Provisão juros	Transferências	2021
				Pagamento				
				Principal	Juros			
Passivo circulante								
Debêntures (a)	352.085	-	-	(350.000)	(22.284)	20.199	-	-
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	(145)	-
Total	347.631	-	4.599	(350.000)	(22.284)	20.199	(145)	-
Passivo não circulante								
Debêntures (a)	-	500.000	-	-	-	9.589	-	509.589
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	145	(3.187)
Total	-	500.000	(3.332)	-	-	9.589	145	506.402
Total geral	347.631	500.000	1.267	(350.000)	(22.284)	29.788	-	506.402

Consolidado										
	2021	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2022
				Principal	Atualização Monetária	Juros				
Passivo circulante										
Debêntures (b)	77.830	-	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	84.492	81.233
Custos a amortizar (b)	(7.752)	7.795	-	-	-	-	-	-	(7.860)	(7.817)
Total	70.078	7.795	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	76.632	73.415
Passivo não circulante										
Debêntures (a)	509.589	-	-	(500.000)	-	(46.266)	36.677	-	-	-
Debêntures (b)	1.265.072	-	-	-	-	-	-	70.436	(84.492)	1.251.015
Custos a amortizar (a)	(3.187)	-	3.187	-	-	-	-	-	-	-
Custos a amortizar (b)	(82.324)	(888)	-	-	-	-	-	-	7.860	(75.352)
Total	1.689.150	(888)	3.187	(500.000)	-	(46.266)	36.677	70.436	(76.487)	1.175.663
Total geral	1.759.228	6.907	3.187	(545.051)	(32.254)	(148.726)	128.628	77.160	145	1.249.078
Circulante	70.078									73.415
Não circulante	1.689.150									1.175.664

Consolidado										
	2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2021	
				Principal	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures (a)	352.085	-	-	(350.000)	(22.284)	20.199	-	-	-	
Debêntures (b)	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	67.953	10.456	757.732	77.830	
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	-	(145)	-	
Custos a amortizar (b)	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)	
Total	474.841	2.625	12.391	(850.112)	(79.805)	88.152	10.456	750.110	70.078	
Passivo não circulante										
Debêntures (a)	-	500.000	-	-	-	9.589	-	-	509.589	
Debêntures (b)	875.925	1.047.375	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072	
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	-	145	(3.187)	
Custos a amortizar (b)	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	7.477	(82.324)	
Total	857.262	1.547.375	(74.470)	-	-	9.589	99.504	(750.110)	1.689.150	
Total geral	1.332.103	1.550.000	(62.079)	(850.112)	(79.805)	97.741	109.960	-	1.759.228	
Circulante	474.841									70.078
Não circulante	857.262									1.689.150

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(-) Custos de transação – Debêntures				(83.169)
Total				<u>1.249.079</u>
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664
<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>
Debenturistas – Série única (a)	CDI	3,00% a.a.	26/10/2023	509.589
Debenturistas – Série 1 (b)	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas – Série 2 (b)	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas – Série 3(b)	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação – Debêntures (a)				(3.187)
(-) Custos de transação – Debêntures (b)				(90.076)
Total				<u>1.759.228</u>
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.689.150

(*) Data do *closing* com a controladora anterior (INVEPAR). Assunção pela nova controladora (IBH II) em 01/05/2020.

(**) As aplicações financeiras constituídas no ano de 2020 foram resgatas em 31 de dezembro de 2020. As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 99,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa de 95,00% do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

a) Debêntures - IBH II

Debêntures – 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, em até 2 (duas) séries, as quais serão objetivo de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instituição da Comissão de Valores Mobiliários - “CVM” nº 476, de 16 de janeiro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente) mediante da escritura particular da 2ª Emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 02 (duas) Séries para Distribuição Pública com esforços restritos da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., entre a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Foram emitidas 500.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$ 500.000,00. A emissão se deu em série única, podendo se desdobrar em duas séries, limitado ao valor da emissão.

Sobre os valores das Debentures incidirão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de sobretaxa expressa (spread) equivalente de 3,00% ao ano.

As debêntures tinham o prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 26 de

outubro de 2023 e foram liquidadas em sua totalidade em 30 de junho de 2022.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$3.332 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

b) Debêntures – CART

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.355 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures - 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente

de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 79.908 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas (covenants)

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

13. NOTA PROMISSÓRIA

	2021	Captação	Consolidado		Provisão juros	2022
			Pagamento			
			Principal	Juros		
Passivo circulante						
Nota Promissória	-	750.000	(750.000)	(61.233)	61.233	-
Total	-	750.000	(750.000)	(61.233)	61.233	-

	2020	Captação	Pagamento		Provisão juros	2021
			Pagamento			
			Principal	Juros		
Passivo circulante						
Nota Promissória	-	100.000	(100.000)	(313)	313	-
Total	-	100.000	(100.000)	(313)	313	-

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2022, foi aprovada a realização da segunda emissão de notas promissórias em série única, para distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09 e Instrução CVM nº 566/15.

Foram emitidas 15 notas promissórias, com valor nominal de R\$ 50.000 totalizando R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

Sobre o valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósito Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,30% ao ano.

As notas promissórias tinham o prazo de vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias corridos e foram quitadas em 23 de dezembro de 2022.

14. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO NA INVESTIDA

Referem-se ao saldo a pagar pela compra da CART, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Controladora / Consolidado			
	2021	Atualização monetária	2022
CART	117.099	23.961	141.060
Circulante	58.550		70.530
Não circulante	58.549		70.530

Controladora / Consolidado			
	2020	Atualização monetária	2021
CART	105.762	11.337	117.099
Circulante	-		58.550
Não circulante	105.762		58.549

O saldo remanescente no montante de R\$ 141.060 é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o seu pagamento condicionado a conclusão do processo Arbitral, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Abaixo o cronograma de amortização:

Ano	Valor
2023	70.530
2024	52.897
2025	17.633
Total	141.060

15. CREDOR PELA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia

assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº10, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.667 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela CART ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.620 (R\$ 14.021 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável.

c) Garantias

A CART utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 47.835. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 184.858. Vigência de 12 meses.

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

A situação jurídica do Grupo engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200
Cíveis	19.123	33.355	52.478
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.220

Natureza do risco	2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos Arbitrais (*)	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
Trabalhistas	12.427	2.145	(6.869)	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.682	19.479
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	8.326	74.727
Total	86.072	21.461	(19.633)	16.560	104.461

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.854	11.577	(15.802)	7.443	86.072

a) Riscos trabalhistas

O Grupo é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte de sua controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se

manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 74.727 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 39.290 como possível e R\$ 73.514, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2022.

d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2022	2021
Trabalhistas	1.875	3.398
Cíveis	9.408	8.884
Tributária	889	849
Ambiental	34	32
Regulatório	3.498	3.886
Total	15.705	17.049

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 9.408 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 8.884).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 889 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 849), ambiental no montante de R\$ 34 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 32) e regulatória no montante de R\$ 3.498 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.886).

17. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS (CONSOLIDADO)

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pelo Grupo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2022	2021
Circulante	11.261	8.647
Não circulante	34.178	36.014
Total receita diferida	<u>45.439</u>	<u>44.662</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO (CONSOLIDADO)

O Grupo constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são:

Provisão para Manutenção	2021	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências	2022
Passivo circulante	97.759	74.067	-	(98.785)	24.105	97.146
Passivo não circulante	17.513	30.373	(8.746)	-	(24.105)	15.035
Total	<u>115.272</u>	<u>104.440</u>	<u>(8.746)</u>	<u>(98.785)</u>	<u>-</u>	<u>112.181</u>

Provisão para manutenção	2020	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências (**)	2021
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	<u>165.977</u>	<u>35.126</u>	<u>(6.701)</u>	<u>(79.130)</u>	<u>-</u>	<u>115.272</u>

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

(**) Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	2022	2021
Saldo inicial	6.457	-
Adições	1.626	6.597
Juros provisionados	607	244
Pagamento de juros	(607)	(244)
Pagamento de principal	(2.337)	(140)
Total	<u>5.746</u>	<u>6.457</u>
Passivo circulante	3.113	2.484
Passivo não circulante	2.633	3.973

Para os contratos reconhecidos em 2022, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 600.700 (R\$ 1.633.001 em 31 de dezembro de 2021), representados por 726.861.588 ações (1.633.000.001 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo ações preferenciais e 600.700.050,00 ações ordinárias (1.633.000.001 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), integralmente subscritas respectivamente pelo Itaú Unibanco S.A. e Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

	IBH VI S.A	Itaú Unibanco S.A
Ordinárias	600.700.050	-
Preferenciais	-	126.161.358
%	82,6	17,4

Em 03 de agosto de 2022 foi aprovado em ata a redução do capital social da Companhia sendo: (i) R\$ 970.301 referentes à importância subscrita e não integralizada e (ii) R\$ 62.000 referentes à restituição efetiva do capital social integralizado da Companhia ao acionista. Em razão de tal deliberação, ocorreu o cancelamento dos boletins de subscrição emitidos em relação à importância ainda não integralizadas vide nota explicativa 6. Em decorrência desta transação, o saldo de ajuste a valor presente no montante de R\$ 51.981 foi integralmente realizado.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

Em 21 de dezembro de 2022 foi aprovado em de Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais resgatáveis e sem valor nominal de emissão da Companhia assim

como o aumento de capital social da Companhia.

Nesta ata, foi aprovado a emissão de 126.161.358 (cento e vinte e seis milhões, cento e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 5,9447595 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000 . A totalidade das ações preferenciais emitidas são totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A o qual ora ingressa no quadro acionário da Companhia. As ações preferenciais serão de classes diferentes, conforme cronograma de resgate informado na nota explicativa nº 11.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizado em 23 de dezembro de 2022 a Infraestrutura Brasil Holding VI S.A aporta na Companhia o montante de R\$ 39.500 que deverá ser convertido em aumento da capital em 2023.

c) Cessão da participação na IBH I Serviços e Participações S.A

A ata de reunião de conselho de 27 de setembro de 2022 delibera sobre a cessão na participação da IBH I Serviços e Participações as quais totalizam 12.000 (doze mil) ações ordinárias nominativas e com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A IBH II cedeu as ações de R\$ 12.000,00 para a Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

d) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal foi utilizado para absorver o prejuízo. O saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$0 (R\$ 16.081 em 31 de dezembro de 2021).

e) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reserva de retenção de lucros foi utilizado para absorver o saldo de prejuízos acumulados.

f) Dividendos

Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

Descrição	2022	2021
Resultado líquido do exercício	(259.748)	(74.230)
Constituição de reserva legal - 5%	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	188.952

21. RECEITAS (CONSOLIDADO)

O Grupo apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2022	2021
Receita de pedágio	555.113	456.844
Receitas acessórias	21.290	17.993
Impostos	(49.621)	(40.864)
Receita líquida de serviços	526.782	433.973
Receita de construção (a)	392.137	145.438
Receita total	918.919	581.038

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2022	2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	576.403	474.837
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	17.292	14.245
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.747	3.086
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	28.582	23.533
Deduções da receita	49.621	40.864

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	-	-	(65.705)	(48.992)
Conservação e manutenção	-	-	(22.053)	(35.218)
Despesas administrativas Operacionais	(17.069)	(162)	(55.400)	(29.301)
Outorga variável	-	-	(52.780)	(35.504)
Custo de construção de obra	-	-	(17.287)	(14.241)
Provisão de manutenção	-	-	(392.137)	(145.438)
Depreciação e amortização	-	-	(104.440)	(35.126)
Outras receitas operacionais	58	-	(176.612)	(132.343)
	<u>(17.011)</u>	<u>(162)</u>	<u>(877.049)</u>	<u>(475.673)</u>
Custo de serviços prestados	-	-	(794.431)	(423.924)
Despesas gerais e administrativas	(17.069)	(162)	(91.982)	(52.239)
Outras receitas e despesas operacionais	58	-	9.364	490
	<u>(17.011)</u>	<u>(162)</u>	<u>(877.049)</u>	<u>(475.673)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	26.110	39.298	26.110	39.298
Juros sobre aplicações financeiras	5.979	417	24.978	15.844
Outros	12	-	1.384	789
Total receitas financeiras	<u>32.100</u>	<u>39.715</u>	<u>52.472</u>	<u>55.931</u>
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(896)	(197)	(119)	(883)
Juros sobre empréstimos	-	(33.560)	-	(60.547)
Variação monetária passiva	(60.638)	(11.337)	(137.798)	(128.885)
Juros sobre debêntures	(67.340)	-	(159.291)	(67.953)
Outros	(278)	(125)	(9.834)	(8.949)
Total despesas financeiras	<u>(129.151)</u>	<u>(45.219)</u>	<u>(307.042)</u>	<u>(267.217)</u>
Total resultado financeiro	<u>(97.052)</u>	<u>(5.504)</u>	<u>(254.570)</u>	<u>(211.286)</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2022	2021
Numerador básico		
Resultado do exercício	(186.361)	(74.230)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.214.387	1.663.001
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em milhares de reais - R\$)	(0,153)	(0,045)

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais:

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2022, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora					
	2022			2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	967	-	-	39.698	-
Total do ativo	-	967	-	-	39.698	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	506.402
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	752.920	-	-	-
Contas a pagar	-	-	141.060	-	-	117.099
Partes relacionadas	-	-	356	-	-	356
Total do passivo	-	-	894.336	-	-	623.857
Instrumentos financeiros	Consolidado					
	2022			2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	46.517	-	-	271.339	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	15.742	-	-	8.658	-
Depósitos judiciais	-	15.705	-	-	17.049	-
Contas a receber	-	42.616	-	-	29.677	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	918.328	-
Outros	-	9	-	-	8	-
Total do ativo	-	120.589	-	-	1.236.401	-
Passivos						
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	752.920	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.249.079	-	-	1.759.228
Contas a pagar	-	-	141.060	-	-	117.099
Fornecedores	-	-	51.339	-	-	46.051
Partes relacionadas	-	-	291	-	-	593
Concessão de serviços públicos	-	-	1.667	-	-	1.377
Passivo de arrendamento	-	-	5.746	-	-	6.457
Outros	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	2.202.841	-	-	1.930.805

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração do Grupo informa que os fatores de risco a que está exposta são:

- a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando

apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c) Operação de derivativos

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

d) Risco de liquidez

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

Para a concretização do seu plano de negócio e liquidação de seus passivos de curto prazo, o Grupo possui dependência de aportes do seu atual acionista.

Controladora				
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Ações Preferenciais Resgatáveis	752.920	864.520	-	864.520
Outras a pagar	141.060	170.683	85.342	85.342
Consolidado				
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Empréstimos, financiamento e Debêntures	1.249.079	1.848.864	184.864	1.663.773
Fornecedores	51.339	51.339	51.339	-
Credor pela concessão	1667	1667	1.667	-
Passivo de Arrendamento	5.746	8.699	3.133	5.566
Partes Relacionadas	291	291	291	-

Controladora				
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	506.402	585.654	585.654	-
Outros a pagar	117.099	142.044	71.022	71.022
Consolidado				
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Debêntures	1.631.751	2.449.480	585.654	1.863.826
Outros a pagar	117.099	142.044	71.022	71.022
Fornecedores	46.071	46.071	46.071	-
Credor pela concessão	1.377	1.377	1.377	-
Passivo de arrendamento	6.457	6.457	2.484	3.973

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

26. SEGUROS E GARANTIAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	47.835	16/06/2023	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	184.858	16/06/2023	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	45.640	06/07/2023	AXA/HDITokio	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2023	Tokio	(d)
D & O	30.000	10/08/2023	Austral	
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2023	Sura	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão Ourinhos	113	30/10/2024	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão	139	01/01/2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	891	até 2024	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	6.232	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	2.035	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	34.189	até 2027	Pottencial	

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA (CONSOLIDADO)

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

a) Imobilizado

	2022	2021
Custo com aquisição imobilizado	(12.418)	(33.349)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>5.297</u>	<u>1.928</u>
	<u>(7.121)</u>	<u>(31.421)</u>

b) Intangível

Custo com aquisição intangível	(394.733)	(145.983)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>38.577</u>	<u>15.748</u>
	<u>(356.156)</u>	<u>(130.235)</u>

* * *

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Becker
Diretor

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5